



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11612 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E A ESCOLA PÚBLICA

Marieda Farinon Torquato Mendonça - UEMS/UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

Kátia Cristina Nascimento Figueira - UEMS/UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E A ESCOLA PÚBLICA

RESUMO

Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado desenvolvida no interior do Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado profissional – Profeduc da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul que tem como objeto de estudo a abordagem pedagógica das questões étnico-raciais em uma escola pública do município de Brasilândia-M.S. no que tange à utilização do material didático para a realização dessa discussão. Para tanto, apoia-se nos autores Young (2013); Gomes (2011); Lopes (2005); Ribeiro (2019); Silva (2005); Moreira e Candau (2007) dentre outros teóricos a serem estudados. Estabelecemos como objetivo analisar como o currículo prescrito e o material didático vinculam-se no âmbito das referidas escolas para a efetividade da educação étnico-racial. No campo metodológico utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental dos órgãos gestores – Secretaria Estadual de Educação e Escolas.

Palavras-chaves: Racismo. Currículo. Educação étnico-racial.

Introdução

Questionar como tem sido realizada a abordagem pedagógica prescritas nos documentos educacionais sobre as temáticas contidas no ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, é o ponto inicial que conduz essa pesquisa. O enfoque principal que se pretende dar nessa discussão é como tais abordagens podem contribuir para o fim das atitudes racistas e preconceituosas.

O combate ao racismo precisa caminhar pela desconstrução da imagem negativa do

negro para dar-lhe o devido lugar no processo de formação do Brasil em seus aspectos econômicos e culturais, em que seja reconhecido como personagem atuante em busca de sua liberdade, de melhores condições de vida, de direitos sociais e de dignidade. Conhecer as lutas e vitórias dos movimentos organizados em torno desses objetivos, bem como as personagens históricas envolvidas nesse processo, dará aos estudantes maior visibilidade do racismo que nos cerca favorecendo uma análise crítica, que promova a realização de ações que eliminem as práticas racistas de nosso meio. Neste sentido, de acordo com Silva (2011, p. 12) ao se pensar na educação para as relações étnico-raciais, no Brasil:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos do parecer CNE/CP nº 3/2004 (Brasil, 2004a) e da respectiva Resolução CNE/CP1/2004 (Brasil, 2004b), estabelecem a educação das relações étnico-raciais como um núcleo dos projetos políticos-pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus e como um dos focos dos procedimentos e instrumentos utilizados para a sua avaliação. Dizendo de outro modo, ao se avaliar a qualidade das condições de oferta de educação por escolas e universidades, tem-se, entre os quesitos, observar, a realização de atividades intencionalmente dirigidas à educação das relações étnico-raciais.

Pelo exposto, depreende-se do texto legal que um mecanismo de combate ao racismo é a inserção de discussões sobre as relações étnico-raciais. No âmbito da legislação também cumpre mencionar a Lei 10.639/03 que definiu para as escolas a implantação do estudo da História e da cultura afro-brasileira e africana, ensejando as referidas diretrizes curriculares nacionais.

As escolas, portanto, foram suscitadas a atender ao dispositivo legal e, para tanto, várias experiências pedagógicas foram levadas a termo no país. Para a escola, que não está deslocada dos conflitos existentes na sociedade, impõe-se a necessidade de problematizar a promoção da igualdade por meio de ações que permitam a discussão da hierarquia e cultura de grupos étnico-raciais que se encontram sedimentados em seu interior.

Assim, o processo de alteridade se coloca em evidência ao possibilitar a visibilidade de culturas negadas ou silenciadas. As ações pedagógicas dizem respeito ao currículo, que na acepção de Moreira e Candau:

[...] estamos entendendo currículo como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. (MOREIRA;CANDAU, 2007, p. 18).

Para os autores, por ser vital para a escola, o currículo deve propiciar conhecimentos escolares que “facilitem ao(à) aluno(a) uma compreensão acurada da realidade em que está inserido, que possibilitem uma ação consciente e segura no mundo imediato e que, além

disso, promovam a ampliação de seu universo cultural.” (Id. Ibid, 2007, p. 21). Em que pese não discutirmos nesse momento as características dos conhecimentos escolares é importante pontuar que isso implica não perder de vista a dimensão da cultura, entendida como “o conjunto de práticas por meio das quais significados são produzidos e compartilhados em um grupo.” (Id. Ibid., 2007, p. 27). Tomando essa definição em relação à escola tem-se que:

[...] o currículo é o espaço em que se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político. É por meio do currículo que certos grupos sociais, especialmente os dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua “verdade”. O currículo representa, assim, um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais. (Id. Ibid., 2007, p. 28).

Dessa forma, entendemos como desafio para a escola implementar ações educativas que possibilitem a convivência plural respeitosa em diminuição das relações discriminatórias e injustas que permeiam nossa sociedade, visto que culturalmente as desigualdades étnico-raciais têm sido naturalizadas, e os sentidos atribuídos a elas são, via de regra, tomados hierarquizados de forma natural e não como uma construção social.

Tal abordagem pretende gerar uma reflexão: se existe uma lei desde o ano de 2003, que exige um trabalho específico nas escolas, que entre outras propostas, também visa promover o fim do racismo através do conhecimento da História da África e das origens africanas de nosso país, como essa discussão ocorre no âmbito curricular nas escolas municipais de Brasilândia? Na tentativa de compreender tal fato, encontramos em Gomes uma possível resposta:

Refiro-me ao lugar ocupado pela discussão e práticas que tematizam a diversidade étnico-racial nos currículos, principalmente aquelas desenvolvidas pelos centros de formação de professores (as). De modo geral, essa discussão não tem conseguido ocupar um lugar relevante nos currículos de graduação do país nas mais diversas áreas. [...] a diversidade étnico-racial enquanto uma questão que deveria fazer parte da formação docente continua ocupando lugar secundário. (GOMES, 2011, p. 42).

É preciso aceitar que o problema existe e a partir dessa constatação, agir e não se calar, pois reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo (RIBEIRO, 2019).

A compreensão de como o racismo tomou a forma e a proporção que tem ao longo da história em nosso país é fundamental para a construção de ações coletivas que visem o combate à discriminação no ambiente escolar.

A pesquisa em curso

O encaminhamento inicial da pesquisa partiu da análise do Projeto Político Pedagógico de uma escola pública do município de Brasilândia, Mato Grosso do Sul, onde buscamos informações sobre como e se, a questão da discriminação racial é abordada no documento. Em seguida, por meio dos teóricos do currículo e da educação étnico-racial analisaremos o material didático utilizado nas escolas a fim de compreender como os conteúdos História da África e da Cultura Afro-Brasileira são inseridos no planejamento e qual é a metodologia utilizada durante as aulas. A efetividade do cumprimento da Lei 10.639/03 que definiu para as escolas a implantação do estudo da História e da cultura afro-brasileira e africana é o ponto de partida para essa análise.

Compreendemos que fontes são vestígios, são dados materiais que permitem ao investigador reconhecer e analisar por meio de operações intelectuais as intencionalidades manifestas ou ocultas sobre o objeto investigado. Suscitam, portanto, ao pesquisador alguns níveis essenciais:

Assim, intentamos decompor os documentos em um diálogo com a teoria a fim de percorrer os níveis propostos pelo referido autor.

Como os PPPs foram elaborados num período em que não havia a epidemia e ainda não foram reformulados, não há uma só linha que verse sobre tantas mudanças e também não se observa que as questões étnico-raciais estejam no âmbito dos principais interesses das escolas.

A escola municipal que atende turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, não tem em seu P.P.P nenhuma descrição específica sobre como é desenvolvido os estudos de história voltado para as questões étnico-raciais e o mesmo se observa na escola que atende de 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental e na escola da rede estadual.

A organização curricular segue a divisão de conteúdos segundo o formato adotado pela educação municipal e pela educação estadual. Esses modelos são apresentados pelo órgão principal de cada rede de ensino e traçam o que deve ser ensinado nas escolas. Há pouco espaço para flexibilização do que é ensinado em cada ano escolar, mas há possibilidades de variações metodológicas que aliadas à organização curricular, podem trazer muitos benefícios no momento de ensinar.

O currículo prescrito analisado nesses PPPs oferece apontamentos generalizados sobre o que ensinar sobre a História da Cultura Africana e Afro-brasileira, o que dificulta uma análise mais profunda. Sabe-se que o livro didático é ainda o principal recurso utilizado para a maioria das aulas e neles, apesar de apresentarem uma abordagem mais abrangente sobre o assunto estudado, ainda é possível notar que a visão que prevalece é de uma história contada a partir de olhares europeus.

Longe de pretender esgotar um tema tão amplo e cheio de nuances importantes a serem consideradas, a intenção aqui é levar os alunos a compreenderem a importância do

negro na formação do Brasil, para com isso explicar como as práticas racistas são ignorantes e desprovidas de qualquer sentido.

Uma sociedade que se pretende justa, onde haja igualdade de direitos, não é construída pelo tom da pele daqueles que a compõe, mas sim pelo caráter de todos que nela convivem.

Conclusão

Após a análise teórica de todos os dados coletados foi possível perceber que a temática é discutida e há muito as ações pensadas tem na escola o espaço favorável para o seu desenvolvimento.

A educação tem papel preponderante na luta pelo fim das discriminações e a escola pública é o espaço privilegiado trazendo à pauta das discussões as relações interpessoais e seus diferentes modos de ser e de agir. Importa saber que mesmo sendo isso um fato de fácil percepção, nem sempre tais discussões são realizadas com a amplitude que merecem particularmente no que se refere ao combate ao racismo.

No que se refere a educação como aliada na busca pela erradicação do racismo, elaborar um currículo que contemple tais questões é parte fundamental nesse processo, pois as leis que o regem precisam efetivar-se numa proposta curricular pensada para esse fim.

Referências

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAE**, v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011

MOREIRA, A. F. ; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pdf/Ensfund/indag3> . Acesso em: 22 de nov. de 2021.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexandra Borges. **Relações étnico-raciais e Educação no Brasil** (Org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.